

UM OLHAR ACERCA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MOSSORÓ (RN)

Renata Fernandes de Oliveira¹

Ramiro Gustavo Valera Camacho²

Diego Nathan do Nascimento Souza³

Resumo: A Educação Ambiental (EA) deve ser aplicada a todas as realidades, pois o acesso a elas é um direito de todos, assim, este trabalho visou diagnosticar a percepção ambiental de pessoas com deficiência nas instituições de apoio que atendem a essas pessoas na cidade de Mossoró (RN) e sensibilizar os dirigentes dessas entidades sobre a importância da preservação ambiental. Para isso, foram realizadas entrevistas com associados de quatro instituições na cidade de Mossoró. A maioria dos associados mostrou sensibilização para questões ambientais, porém, comprovou-se que as políticas públicas voltadas para EA não estão sendo efetivadas nas associações. Sugere-se, então, maior exploração de áreas verdes com os associados dessas instituições para que as pessoas com deficiência se sintam interligadas ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Inclusiva; Semiárido; Vulnerabilidade Social

Abstract: Environmental Education (EE) must be applied to all realities and its access is everyone's right, therefore, this work aimed to diagnose the environmental perception in entities that serve people with disabilities in the city of Mossoró (RN, Brazil) and to sensitize the entities' leaders about the importance of environmental preservation. For this, an interview was made with members of institutions in the city of Mossoró. Most associates manifested sensibility for environmental issues, however it could be proved that EE public policies are not being implemented in the associations. It is suggested, therefore, greater exploration of green areas with the members of these institutions so that people with disabilities feel connected to the environment.

Keywords: Environmental Education; Disabled People; Semiarid; Social Vulnerability.

¹Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: renatinhafa@hotmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9487805272996796>

²Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: ramirogustavovc@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1079760233135463>

³Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: diegosouza@uern.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5514803741124706>

Introdução

O ser humano sempre estabeleceu uma relação de dependência com os recursos existentes na natureza, uma vez que essa é sua fonte de sobrevivência. Com o desenvolvimento tecnológico, o homem tenta aumentar a sua produção colocando em risco os recursos naturais, pois o ritmo acelerado do progresso técnico está diretamente ligado às alterações provocadas no meio ambiente, fato que compromete a existência da humanidade (SILVA; CRISPIM, 2011). Tais alterações vêm despertando preocupações e crescente interesse social sobre os problemas ambientais.

Os problemas ambientais que circulam por todas as esferas da sociedade geram debates, questionamentos e diversos movimentos na sociedade, pois estimulam a mudança daquilo que pode ser melhorado, visando o equilíbrio salutar para todos os povos. Assim, surge a Educação Ambiental (EA), que é a “*aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente de modo integrado e sustentável*” (EFFTING, 2007). Esse instrumento de conscientização visa realizar transformações em que constitui os direitos dos cidadãos, assemelhando-se aos direitos fundamentais, ou seja, ligando-se aos direitos e deveres da cidadania.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a intensificação da industrialização, iniciou-se a retirada desordenada dos recursos naturais. Por esse motivo, surgiu a necessidade de fomentar a EA. Jacobi (2003, p.188) afirma que a EA:

Perpassa uma reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, e envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a Educação Ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

Ainda de acordo com Jacobi (2003, p. 188), no Brasil, essa problemática também está presente.

Tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

De acordo com Maciel *et al.* (2010), a EA é uma ação interdisciplinar para ser trabalhada por todas as idades, comunidades e realidades, em que se considera o meio ambiente em sua totalidade. Logo, a EA deve preparar o ser humano, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos. Além disso, torna-se cada vez mais necessário discutir a EA e seus vários desafios para o século XXI, refletindo sobre mudanças de posturas no atual modelo da sociedade (NEFFA; SILVA; NEFFA, 2020, p. 508).

A EA induz ainda o sujeito à adesão de posturas ecologicamente corretas e, certamente, funciona como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável da sociedade, estimulando uma articulação entre as pessoas em favor da questão ambiental, desenvolvendo estratégias em favor do meio ambiente (BRASIL, 1998). Dessa forma, atividades com esse intuito tendem a ser imprescindíveis em busca da sustentabilidade do ser humano na Terra.

Observa-se que, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), publicada no ano 2005, é direito e dever de todo cidadão participar da construção de um ambiente saudável e promover um desenvolvimento de forma sustentável, construindo assim, valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Além disso, busca-se também, trazer a inclusão das pessoas com deficiência dentro dessa esfera, tornando-as cidadãos ativos na busca por um meio ambiente de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 também assegura o direito a um ambiente saudável a todos em seu inciso VI, do parágrafo 1º do artigo 225, que declara que a Educação Ambiental deve ser implementada em todos os níveis e idades, sendo responsabilidade do Estado e instituições não governamentais, programar essa educação através de projetos que envolvam jovens, crianças, índios e pessoas com deficiência. A falta de compromisso com esse artigo caracteriza o não comprometimento do Estado para com o ensino e para com o bem-estar de todos (BRASIL, 1988).

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais do cidadão. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva é a essência do desenvolvimento social sustentável. Segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 14,5% da população brasileira são pessoas com deficiência, ou seja, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas (IBGE, 2010). No entanto, ainda existem poucos trabalhos de Educação Ambiental inclusiva, provavelmente pelos vários desafios que são exigidos. Um exemplo, é que pessoas surdas muitas vezes não conseguem participar da educação escolar, devido às propostas utilizadas no processo educacional (FERNANDES, 2016, p. 374). Diante desse contexto, entende-se que a inclusão social das pessoas com deficiência deve acontecer em todas as esferas, eliminando as barreiras físicas

e de comunicação dessas pessoas. Gatto (2013) afirma que a EA entendida como uma dimensão da Educação também pode ser inclusiva. Entretanto, na prática, as pessoas com deficiência encontram uma série de barreiras que, por vezes, dificultam ou até mesmo impedem que usufruam de tais direitos, contribuindo para gerar uma relação de desigualdade entre elas e os demais indivíduos de uma sociedade. Por esse motivo, este trabalho aborda a EA inclusiva.

Dada à relevância da inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade, conciliada à importância do acesso à EA e ao meio ambiente saudável, este trabalho tem como objetivo diagnosticar a percepção ambiental de pessoas com deficiência nas instituições de apoio que atendem a essas pessoas na cidade de Mossoró-RN e sensibilizar os dirigentes dessas entidades sobre a importância da preservação ambiental e incluir a EA inclusiva.

Metodologia

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Proetti (2017), as pesquisas qualitativas e quantitativas auxiliam para entender, desvendar, qualificar e quantificar de forma verificativa, além de permitir estudar a importância dos fenômenos e fatos e mensurá-los.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema e em seguida, foram realizadas as visitas às instituições para aplicação dos questionários e a realização de encontros e oficinas. Durante as oficinas, foi trabalhado o uso dos sentidos como forma de conhecer espécies de plantas específicas do Bioma Caatinga.

As instituições visitadas foram: Associação de pais e amigos dos excepcionais (APAE); Fórum de mulheres com deficiência de Mossoró e Região (FMDM); Associação dos deficientes visuais de Mossoró (ADVM); e Associação dos Surdos de Mossoró (ASMO).

O questionário foi aplicado nas associações com a finalidade de diagnosticar a percepção ambiental de seus associados, com exceção da APAE, por conta das limitações intelectuais de seus membros. Assim, o diagnóstico da percepção ambiental se deu através da fenomenologia, que tem como objetivo “a descrição de fenômenos e como estes são vivenciados na consciência dos sujeitos” (GANDRA; DUARTE, 2012, p.15). Na APAE, as questões ambientais foram trabalhadas por meio de perguntas simples e diretas, como por exemplo, “Onde você joga seu lixo?”. Através dessa metodologia o sujeito é visto como “atribuidor de sentido” às situações vivenciadas em seu cotidiano, e não como alguém que meramente repete ideias adquiridas de forma mecânica.

Resultados e discussão

Os resultados obtidos nas entrevistas estão apresentados abaixo através de tabelas, com exceção dos resultados coletados na entidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que foram apenas confrontados com a teoria apresentada na pesquisa, uma vez que as entrevistas realizadas nessa instituição foram feitas abertamente, de maneira a facilitar as respostas dos associados. Os entrevistados foram 13 homens e 20 mulheres. Esse percentual formado em sua maioria por mulheres reflete o cenário nacional brasileiro. De acordo com o censo de 2010 (IBGE) “cerca de 24 milhões de brasileiros, 14,5% da população declararam possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres”.

Com relação ao tipo de deficiência e local da residência, pode-se perceber que os associados entrevistados apresentam três tipos principais de deficiência e se distribuem nas cidades de Mossoró, Baraúna e Areia Branca, todas no estado do Rio Grande do Norte e Russas no Ceará. Os dados estão expostos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Tipo de deficiência e local de residência dos associados de instituições para pessoas com deficiência de Mossoró-RN.

Deficiência	Residência			
	Mossoró-RN	Baraúna-RN	Russas-CE	Areia Branca - RN
Auditiva	16	2	1	0
Visual	5	0	0	1
Física	8	0	0	0
TOTAL	29	2	1	1

Fonte: Autoria própria.

Isso se processa, uma vez que Mossoró é considerada uma cidade polo (o segundo maior município do Rio Grande do Norte – RN), e nesse sentido, os municípios de menor porte recorrem aos serviços ofertados pela cidade. As cidades citadas pelos entrevistados fazem divisa com Mossoró, que ao Norte faz divisa com o Estado do Ceará; ao Sul com os Municípios de Governador Dix-Sept Rosado e Upanema; ao Leste com Areia Branca, Grossos e Serra do Mel; e a Oeste com Baraúna.

O grau de escolaridade dos associados foi considerado mais básico, uma vez que a grande maioria possui apenas o ensino fundamental e cinco pessoas não são alfabetizadas (Tabela 2).

Tabela 2: Grau de escolaridade dos associados de instituições para pessoas com deficiência em Mossoró -RN, de acordo com cada tipo de deficiência.

Grau de escolaridade		Deficiência		
		Auditiva	Visual	Física
Não alfabetizados		4	0	1
Ensino Fundamental	Completo	15	0	4
	Incompleto	0	1	0
Ensino Médio	Completo	0	2	0
	Incompleto	0	2	0
Ensino Superior	Completo	0	1	2
	Incompleto	0	1	0
Pós-graduação		0	0	1

Fonte: Autoria própria

Os dados apresentados na tabela acima destacam o quanto o processo de escolarização de pessoas com deficiência em Mossoró ainda tem um longo caminho a percorrer no sentido da concretização da inclusão. Além disso, com esses dados, também é possível refletir se essa é uma realidade local ou segue um padrão em outras cidades do Rio Grande do Norte ou mesmo do Brasil. Mesmo com os marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, o acesso à escolarização na rede regular de ensino por pessoas com deficiência ainda vivencia desafios, estigmas e exclusões. Aranha (2005, p.05), em seus estudos, destaca que:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da história da humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por conseqüência, a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas.

Diante do contexto em tela, percebe-se que o acesso à educação ainda é limitado entre os entrevistados, e um exemplo disso é o reduzido número de pessoas com deficiência que conseguiram chegar à universidade.

Quanto à questão do que é o ‘meio ambiente’ para os associados, verificou-se que as respostas foram bem interessantes, conforme os dados expostos na Tabela 3.

Tabela 3: O que é meio ambiente para os associados de instituições para pessoas com deficiência em Mossoró-RN.

Deficiência	Minha casa		Meu bairro		Plantas e animais		A natureza que me rodeia		Praças, escolas e hospitais		Minha cidade		Outros	
	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)
Auditiva	7	36,84	0	0,00	7	36,84	3	15,78	0	0,00	2	10,53	0	0,00
Visual	0	0,00	0	0,00	2	33,33	4	66,66	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Física	0	0,00	0	0,00	2	25,00	6	75,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	7		0		11		13		0		2		0	

Fonte: Autoria própria.

Observa-se na Tabela 3 que 36,84% dos associados da ASMO definiram meio ambiente como “Plantas e animais”, 15,78% como “A natureza que me rodeia”. Quanto aos associados da FMDM, 25% definiram como “Plantas e animais”, e 75% como “A natureza que me rodeia”. 33,33% dos Associados da Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró - ADVDM afirmam que meio ambiente são “Plantas e animais” e 66,66% afirmam que meio ambiente é “Natureza que me rodeia”. Essa é uma visão restrita que evidencia apenas elementos naturais, remetendo a ideia de um ambiente que não é alterado pelo ser humano. Esta é uma visão incompleta, pois simplifica o conceito de meio ambiente, remetendo a uma concepção de natureza apresentando apenas suas características originais. Isso demonstra que estes associados não incluem o ser humano, ou seja, eles próprios como parte do meio ambiente, o que pode suscitar a falta de ações educativas que os incluam em suas instituições.

A outra parte dos associados da Associação dos Surdos de Mossoró - ASMO, 36,84%, defende a ideia de meio ambiente a partir do espaço mais próximo deles, o meio ambiente como um espaço geográfico, o qual eles têm acesso e que podem intervir. Para essa questão seria importante que o associado tivesse a noção de que o meio ambiente não é restritivo apenas à presença de seres humanos ou não humanos, que percebessem também que o meio ambiente não é entendido apenas por espaço natural e por fim que o meio ambiente é dinâmico e favorece a inter-relação dos seres vivos entre si e destes com o meio natural. Pode-se afirmar que cada associado definiu ambiente de acordo com as sensações que pode sentir, contudo, as limitações e a realidade em que vivem certamente interferiram em suas respostas.

Ainda hoje permanece forte a influência do pensamento conservacionista, em que a “Natureza” deve ser reverenciada e isolada do ser humano para ser

salva. No entanto, reduzir esse conceito a aspectos exclusivamente “naturais” exclui as interdependências e interações com a sociedade. O meio ambiente, ou simplesmente ambiente, não é formado apenas pela flora e fauna, água, solo e ar, como eram tradicionalmente definidos. De forma objetiva, o meio ambiente é tido como algo vasto, em que vários elementos são compreendidos. Para Sauv  (2000, p.18) “o meio ambiente   gerado e construído ao longo do processo histórico de ocupa o de um território por uma determinada sociedade, em um espaço de tempo concreto”.

Miranda (2003) afirma que os julgamentos, as expectativas, as a es e as condutas do ser humano em rela o ao seu ambiente estão relacionados às experiências e vivências dos sujeitos, assim, foi questionado aos associados sobre o que era Educa o Ambiental, e as respostas estão na Tabela 4:

Tabela 4: O que   Educa o Ambiental para os associados de Institui es para pessoas com deficiência em Mossoró-RN.

Deficiência	A�es de preserva�o do meio ambiente		Esclarecimento sobre questões ambientais		Tudo que faz rela�o com plantas		Não sei	
	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)
Auditiva	4	21,05	0	0,00	5	26,32	11	57,89
Visual	4	66,66	0	0,00	0	0,00	2	33,33
Física	6	75,00	1	12,5	0	0,00	1	12,50
TOTAL	14	-	1	-	5	-	13	-

Fonte: Autoria própria.

Observa-se na Tabela 4 que 57,89% dos surdos não souberam responder, mostrando que provavelmente a EA não está sendo discutida na institui o. 26,32% dos surdos relacionaram a EA apenas às plantas, no entanto a EA também trabalha a intera o do ser humano com o meio ambiente.

Os associados ainda não se enxergam como parte do processo na Educa o Ambiental. 21,05% das pessoas com deficiência auditiva relacionaram EA às a es de preserva o do meio ambiente. De fato, a Educa o Ambiental contempla a dimensão ambiental, mas também procura estimular a constru o de comprometimento do cidadão com seu espaço de vida, sendo assim, não está articulada apenas às a es de preserva o. Pelo grande número de associados que não souberam responder – mais da metade – este foi o grupo que apresentou maior dificuldade. Este fato corrobora com Souza (2016), que realizou uma pesquisa acerca da percep o da Comunidade Surda sobre o Rio Apodi-Mossoró, e mostrou em seus resultados que apesar dos surdos já terem assistido aulas acerca do tema de Educa o Ambiental, ainda não conseguem manifestar conhecimentos específicos sobre o assunto. Assim, tem-se questionado de que maneira essas aulas ou esse conhecimento têm chegado

às pessoas com deficiência, e até mesmo qual a qualidade dessas aulas (SOUZA, 2016, p.86).

As pessoas com deficiência visual apresentaram menos dificuldade, pois apenas 33,33% não souberam responder e 66.66% definiram EA como ações de preservação do meio ambiente, mostrando certa percepção acerca do assunto. Dentre as pessoas com deficiência física, apenas 12,50% não souberam responder, mostrando que foi o grupo com maior facilidade de apresentar alguma definição a respeito da EA, sendo que 75% destes associados relacionaram a EA às ações de preservação. Outro percentual (12,50%) das pessoas com deficiência física relacionou a EA ao esclarecimento sobre questões ambientais, sendo o único grupo a apresentar uma definição aceitável. A definição apresentada se adequa à percepção de Storey (2000), citando Reigota (1994), que considera a Educação Ambiental acima de tudo como uma educação política, que prepara o cidadão para a autogestão e para a reivindicação de justiça social e de ética nas relações humanas e com a natureza. O primeiro passo, segundo Storey (2020), é o conhecimento das concepções de meio ambiente das pessoas envolvidas no processo.

Pode-se ainda atribuir que o melhor desempenho em relação aos trabalhos já realizados com Educação Ambiental das Instituições foi o das pessoas com deficiência física, pois, já promoveram a aproximação desses indivíduos com o tema, podendo ser citado como exemplo, o projeto “Ortorio na Praia” (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2017), que buscou promover o contato das mulheres associadas com o mar. Pôde-se constatar também que esse projeto estimulou o conhecimento das associadas com o meio natural. Os autores Queiroz e Oliveira (2017) realizaram uma pesquisa para definir como foi tal experiência para essas mulheres. *“Foi explicado a importância do contato com a natureza e o cuidado com o meio ambiente, tecendo ainda mais sobre os impactos que a ação humana pode ocasionar ao meio ambiente”* (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2017, p.452).

Deve-se frisar que as pessoas com deficiência física não possuem limitações nos sentidos: olfato, visão, audição, paladar e tato, e tendo em vista que a percepção é constituída pelo uso dos cinco sentidos, bem como pela cognição e a avaliação (BARAÚNA, 2001), conclui-se que o grupo das pessoas com deficiência física possui uma boa percepção do meio à sua volta.

É sempre muito importante destacar a Lei Federal nº 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental), já citada anteriormente, pois esta institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Ela define em seu artigo 5º os objetivos fundamentais da EA, em que se destacam: o desenvolvimento da compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações; a garantia de democratização das informações ambientais; o fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva na preservação do equilíbrio e qualidade ambientais; e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Lei

9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I. Art. I.). Assim, as pessoas com deficiência também devem ter o direito garantido por essa lei, às informações necessárias para o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental, a partir da educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art. 2º, define a EA como uma dimensão da educação e atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Na compreensão de Gatto (2013, p.19), destaca-se que “a EA é um processo educativo necessário e eficiente para reflexão e desconstrução de ideias e atitudes indesejadas em relação à complexidade da interação entre ser humano – sociedade – ambiente”. Já Storey (2000, p.68) afirma:

Educação Ambiental é o processo no qual os indivíduos tomam consciência do seu meio ambiente, seja natural ou construído, e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação em busca da prática social a fim de encontrar soluções para os problemas socioambientais e melhorar as relações entre seres humanos.

Assim, conclui-se que a Educação Ambiental, dentre seus objetivos, possibilita a conscientização para que se possa compreender as complexas relações entre sociedade e natureza, e assim sejam tomadas posições frente aos problemas ambientais, fazendo a ligação com aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais. Sabendo-se disso, foi questionado aos entrevistados: Quem são os responsáveis pelos problemas ambientais? Quem são os responsáveis para resolver os problemas ambientais? As respostas variaram, de acordo como mostram as Tabelas 5 e 6:

Tabela 5: Os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, segundo os associados de Instituições para pessoas com deficiência de Mossoró-RN.

Deficiência	Todos nós/Homens		Poder público		Não sei	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Auditiva	11	57,89	2	10,52	6	35,29
Visual	5	83,33	1	16,66	0	0,00
Física	7	87,50	0	0,00	1	12,50
TOTAL	23	-	3	-	7	-

Fonte: Autoria própria.

Tabela 6: Os responsáveis por solucionar os problemas ambientais, segundo os associados de Instituições para pessoas com deficiência de Mossoró-RN.

Deficiência	Todos nós/Homens		Poder público		Não sei	
	Fr.	(%)	Fr.	(%)	Fr.	(%)
Auditiva	9	47,37	3	15,78	7	36,84
Visual	4	66,66	2	33,33	0	0,00
Física	5	62,50	3	37,50	0	0,00
TOTAL	9	-	8	-	7	

Fonte: Aatoria própria.

Das pessoas com deficiência auditiva, 57,89% acreditam que a maior responsabilidade do surgimento dos problemas ambientais é de “todos nós”, 10,52% afirmam que a responsabilidade é do “poder público” e 35,29% não sabem responder. Porém, quando questionados sobre quem seriam os responsáveis para solucionar tais problemas, 47,37% das pessoas com deficiência auditiva afirmam que a responsabilidade é de “todos nós”, 15,78% do “poder público” e 36,84% não souberam responder. Quanto às pessoas com deficiência visual, 83,33% afirmam que “todos nós” somos os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, 16,66% afirmam que é responsabilidade do “poder público”. 66,66% afirmam que “todos nós” somos os responsáveis para solucionar esses problemas, 33,33% afirmam que a responsabilidade é do “poder público”.

As pessoas com deficiência física concordaram, quase que de forma unânime, que todos nós somos responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, a porcentagem correspondente a essa resposta foi de 87,50% e 12,50% não souberam responder. 65,50% afirmaram que a responsabilidade de diminuir os problemas ambientais é de “todos nós”, e 37,50% afirmaram que é do “poder público”.

A diferença entre as duas respostas reflete que mesmo vendo-se como o principal responsável pelo surgimento dos problemas ambientais, existe uma porcentagem menor que se vê como responsável para solucionar esses problemas. No entanto, pode-se ver que a maioria se considera como responsável por causar problemas e também para solucioná-los, conforme depoimento do associado da ADVM, que afirma:

O mesmo que prejudica, ele pode consertar, quando o ser humano agride a natureza, se ele pensar ao contrário e não comprometer o meio ambiente, ele consegue reverter a situação, o poder público também pode reverter essa situação (ASSOCIADO DA ADVM 1).

Este associado evidencia que o ser humano, apesar de ser responsável pelos danos causados ao meio ambiente, é também responsável por reverter a situação. A partir das respostas dessas duas questões, pode-se constatar até que ponto as pessoas com deficiência se incluem nas problemáticas ambientais da realidade que elas estão inseridas.

Na visão de Santana e Freitas (2012), ressalta-se que ações de conservação vão muito além de somente cuidar da natureza. Deve-se lembrar que o mundo é globalizado e capitalista, assim, é de extrema importância ajustar cidadãos para agir por mudanças sociais e ambientais positivas, capaz de integrar conceitos e ferramentas de diversas áreas para auxiliar todos a compreenderem melhor o mundo em que vivem, e, dessa forma, buscar a reeducação do ser humano frente aos problemas ambientais.

Foi questionado aos associados quais eram as ações de preservação que eles praticavam, as respostas são mostradas, a seguir, na Tabela 7:

Tabela 7: Ações de preservação praticadas pelos associados de instituições para pessoas com deficiência de Mossoró-RN.

Deficiência	Cuidar de plantas e árvores	Limpar a casa	Economizar água	Não Poluir	Não souberam responder
Auditiva	10	5	1	0	4
Visual	0	1	0	3	1
Física	0	0	0	4	4
TOTAL	10	6	1	7	9

Fonte: Autoria própria.

Pelas respostas, observa-se que os associados ainda possuem uma visão muito restrita de preservação, associando apenas a elementos naturais, e como dito anteriormente, ações de conservação vão além desses elementos. A preservação do meio ambiente depende de todos: governo, educadores, empresas, Organizações Não Governamentais, meios de comunicação e de cada cidadão. A Educação Ambiental é fundamental na resolução desses problemas, pois incentiva os cidadãos a conhecer e fazer sua parte, como: evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários, fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrar das autoridades competentes para que apliquem a legislação.

De acordo com Souza (2009), o termo “Bioma” é usado para denominar áreas geográficas e climáticas que possuem comunidades, similaridades de plantas e animais. Contudo, ao fazer uma observação dos dados e das experiências vivenciadas com os entrevistados, compreende-se que essa é uma questão bastante complexa de ser respondida e pode-se verificar que a maioria dos associados não soube responder o que é Bioma, mostrando o quão limitado

é o acesso às informações sobre o termo. Ainda assim, apenas um associado citou a Caatinga em sua resposta, demonstrando que tem conhecimento de que a Caatinga é o Bioma predominante da região.

Na rede de ensino, o estudo sobre os Biomas começa no ensino fundamental. A grande maioria dos associados tem ensino fundamental completo, estima-se, assim, que todos já tiveram acesso ao estudo desse tema. No entanto, deve-se considerar as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam na sala de aula, pois vivenciam quase sempre a falta de inclusão que muitas vezes os impedem de ter acesso a um ensino de qualidade. A falta de oportunidades de conhecer o meio que os rodeia também reflete no desconhecimento do Bioma da região, bem como do termo Bioma.

Para a realidade da Região, é de extrema importância o conhecimento do Bioma Caatinga, pois este existe apenas no Brasil (Ministério do Meio Ambiente, 2011), sendo considerado um patrimônio muito valioso, no entanto, esse Bioma tem sido desmatado de forma acelerada e ilegal. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o desmatamento chega à 46% da área do Bioma. Logo, faz-se urgente que as pessoas com deficiência conheçam e possam também discutir ideias de conservação do ecossistema no qual estão inseridas.

A Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga - A Caatinga na Rio+20, formalizou os compromissos a serem assumidos pelos governos, parlamentos, setor privado, terceiro setor, movimentos sociais, comunidade acadêmica e entidades de pesquisa da região para a promoção do desenvolvimento sustentável do Bioma. Alguns dos compromissos assumidos no documento declaração da Caatinga (Brasil, 2012. p.03) remetem a algumas ações de integração para serem realizadas com a sociedade, e que são relevantes para este estudo:

Fomentar, num espírito de parceria, a cooperação entre todos os níveis de governo, comunidades, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, iniciativa privada e detentores de terras, com o intuito de promover a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável na Caatinga. A obtenção de conhecimentos relacionados à convivência com as condições de semiaridez, numa perspectiva de educação contextualizada, eleva significativamente a qualidade de vida nas áreas abrangidas pela Caatinga, principalmente daquelas populações que moram em comunidades rurais, representando, inclusive, um vetor de inclusão, ascensão social e sustentabilidade ambiental.

Observa-se que esses compromissos provavelmente não estão sendo colocados em prática nas instituições que atendem os associados.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 174-193, 2023.

A pergunta seguinte trata da opinião dos associados sobre o que é desenvolvimento sustentável, e a Tabela 8 mostra as respostas dos associados:

Tabela 8: O que é desenvolvimento sustentável para os associados de Instituições para pessoas com deficiência de Mossoró-RN.

Deficiência	Utilizar de maneira consciente	Conservar árvores	Desenvolvimento humano	Não souberam responder
Auditiva	0	1	2	17
Visual	1	0	0	4
Física	0	0	0	8
TOTAL	1	1	2	29

Fonte: Autoria própria.

Como pode-se observar nos dados obtidos na Tabela 8, o conceito de desenvolvimento sustentável usado pelos associados ainda é limitado, e nas associações pouco se conhece sobre este tema. Apenas um associado usou uma definição que remete ao desenvolvimento sustentável, termo que será necessário para entender a pergunta seguinte, que procura saber se a inclusão está chegando a eles.

O que se pode constatar de fato é que a inclusão ainda não chegou de maneira efetiva às pessoas com deficiência acompanhadas pelas associações de Mossoró, que ainda sofrem com a falta de adaptações no seu dia a dia. E ainda é desconhecido seus deveres e obrigações. Sobre a questão: “Um dos pilares do desenvolvimento sustentável é a inclusão. Você acha que a inclusão está chegando até você?” o associado da entidade ADVN se posiciona da seguinte forma:

Ainda não, para essa inclusão chegar ainda falta muita coisa, poderia citar, por exemplo, se fomos ao banco, não conseguimos enxergar o número da senha que está sendo chamada e dependemos de perguntar para outras pessoas sobre a senha (ASSOCIADO DA ADVN 2).

O documento da ProNEA defende a ideia de que:

[...] é direito e dever de todo cidadão participar na construção de ambiente saudável e promover um desenvolvimento de forma sustentável, construindo assim, valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Para reforçar a ideia de desenvolvimento sustentável o documento “O futuro que queremos” da ONU (2012, p.09), define:

O desenvolvimento sustentável requer o envolvimento e a participação ativa e concreta [...] incluindo as comunidades locais, os grupos de voluntários e as fundações, os migrantes, as famílias, os idosos e as pessoas com deficiência [...] em processos que contribuam com as decisões envolvendo as políticas e programas de desenvolvimento sustentável, seu planejamento e implementação, em todos os níveis.

Ficou evidente a dificuldade encontrada pelos associados no seu dia a dia devido à falta de acessibilidade, pois afirmam que a inclusão não está chegando até eles. Por exemplo, a falta de acessibilidade nas calçadas, ausência de rampas, piso tátil, e a presença de desníveis, são os principais entraves e dificuldades em realizar tarefas comuns do cotidiano, como o associado citou anteriormente.

Os entrevistados das associações possuem dificuldades em falar sobre algumas questões ambientais, justificado pela falta de atividades de Educação Ambiental e materiais didáticos disponíveis acerca desses temas nessas instituições. Deixando claro, que estas instituições visam representar essas pessoas no que condiz aos direitos sociais, e, por mais que a finalidade principal não seja pedagógica, exceto a APAE, as instituições podem promover discussões sobre a EA.

Os associados da ASMO foram os que encontraram maior dificuldade em responder e apresentar respostas coerentes. Esse fato pode ser decorrente da dificuldade que as pessoas com deficiência auditiva têm para escrever no português-padrão, uma vez que a língua que utilizam é a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS. As limitações nas interações sociais sentidas pelo surdo é a falta da língua comum entre o locutor e o interlocutor.

O grau de instrução dos entrevistados também pode influenciar, visto que varia entre analfabetos e ensino fundamental completo. Por não dominarem o vocabulário nem a estruturação das frases, não acessam a informação escrita como outras pessoas. Outro fator importante que influenciou nas respostas dadas pelas pessoas com deficiência auditiva, é a falta de sinais na linguagem de LIBRAS que expressem termos mais específicos sobre meio ambiente.

Dos associados da ASMO, cerca de 54% defendem a ideia de meio ambiente num contexto de natureza, e trazem como principal foco perceptivo apenas elementos naturais. E pouco mais de 36% defendem a ideia de meio ambiente a partir do espaço mais próximo deles, o meio ambiente como um espaço geográfico em que têm acesso e que podem intervir, como casa, praça e outros.

Os associados da ADVM possuem um grau de instrução maior, possuindo ensino médio e ensino superior. Todos os associados da ADVM possuem a percepção de meio ambiente como meio natural constituído apenas por elementos naturais, ou seja, sem a influência do ser humano. Eles apresentaram, em sua maioria, respostas coerentes e através de experiências da própria vida, afirmaram que sofrem com a falta de inclusão, citando problemas ambientais que atrapalham a qualidade de vida destes, como poluição sonora, lixo, falta de acesso adequado.

O grupo de pessoas com deficiência física também apresentou pequena dificuldade em abordar as questões sobre inclusão e problemas ambientais que os rodeiam, possuindo a concepção de meio ambiente como o conjunto de aspectos exclusivamente naturais. No entanto, estes associados foram os que melhor definiram a Educação Ambiental. Vale destacar que este grupo é o único que não possui uma sede fixa e, este aspecto influencia diretamente na vida desses associados, pois não possuem lugar para desenvolver atividades educativas, inclusive, de Educação Ambiental.

As pessoas com deficiência física conseguem interagir com o meio a sua volta através de todos os sentidos, no entanto, as barreiras arquitetônicas ainda os impedem de usufruir do meio a sua volta de maneira plena. A inclusão escolar de alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais por diversas vezes não são oportunizadas à acessibilidade nas ruas, prédios e estabelecimentos. Por exemplo, há muita dificuldade na locomoção de pessoas que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas, e isso influencia diretamente na sua inserção na sociedade. Essas barreiras, muitas vezes, são fruto do descaso e da violação das leis.

Os associados da APAE foram os que apresentaram maior proximidade com a Educação Ambiental, e apesar de não ter sido possível a aplicação de questionário com esses associados, percebeu-se que a Educação Ambiental é constantemente trabalhada nesta instituição. Esta proximidade dos associados da APAE com a Educação Ambiental se justifica pelo trabalho realizado na instituição com o jardim sensorial. Este se localiza na área externa da entidade, com intuito pedagógico, adequado para observar, refletir as ações e as consequências causadas ao ambiente. Os associados da APAE plantam, adubam, regam e cuidam, assim estimulam seus sentidos através do contato com a terra e folhas, estimulam o olfato com o cheiro das plantas, remetendo ao sentimento de descoberta e de pertencer àquele meio, e então, a partir disso, ampliaram suas relações ser humano-meio ambiente, incorporando em suas ações atitudes ecológicas. A diferença do jardim sensorial para os comuns é que ele deixa de ser uma área de lazer para ser uma ferramenta de inclusão para todos os tipos de pessoas e necessidades.

Tendo em vista que a percepção ambiental é decorrente da apuração dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar), cada um contribui para capacidade de entender, sentir, reagir e agir frente ao meio. A privação desses sentidos resulta no aumento da percepção dos demais sentidos. Dessa forma,

as pessoas com deficiência compensam a falta de um sentido potencializando os demais para perceber o meio ambiente. Logo, atividades inclusivas que visem a potencialização de cada um desses sentidos com a Educação Ambiental são necessárias.

A oficina realizada com os associados da ADVM consistiu no uso dos sentidos com intuito de mostrar que é possível realizar atividades de aproximação com o meio ambiente de forma lúdica, derrubando a barreira da deficiência, mostrando que existem inúmeras iniciativas que estimulam à inclusão. Assim, as belezas naturais, além de apreciadas com os olhos, ouvidos e tato, podem ser também percebidas por outros sentidos. Além de educar e trazer para os associados conhecimentos sobre o Bioma regional, características e contato das plantas desse Bioma, foi promovido um momento único, em que se percebe a satisfação dos participantes, promovendo sua autoestima e socialização, pois muitas vezes a deficiência é vista como barreira para o contato com a natureza.

Conclusão

O foco principal desse trabalho foi identificar a percepção ambiental das pessoas com deficiência, as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas com estas pessoas observando a integração da EA e da educação inclusiva (EI), motivando-se principalmente pelo desafio de verdadeiramente incluir as pessoas com deficiência, para que se sintam seres atuantes e modificadores do meio em que vivem e, observando também um contexto mais amplo, perceber que estão incluídos em complexas inter-relações que envolvem os seres humanos, a sociedade e o meio em que vivem. Assim, concluiu-se que a maior dificuldade é dizimar o pensamento de que as deficiências são barreiras para o contato e interação com o ambiente natural, bem como o acesso a bens e serviços ambientais.

De forma geral, os associados mostraram sensibilização para as questões ambientais, de responsabilidade social, pois deixaram explícitos o quanto acreditam ser essencial conservar, preservar e manter um ambiente limpo e saudável. No entanto, verificam-se problemas conceituais nas respostas dos associados, mostrando que é necessário tratar questões mais profundas, como a percepção de meio ambiente além dos elementos naturais, o que é desenvolvimento sustentável, componentes do meio ambiente, definir o que é um Bioma e identificar qual o Bioma da nossa região.

Pôde-se comprovar que as políticas públicas voltadas para Educação Ambiental não estão sendo efetivadas nas associações. Sugere-se que as associações comecem a explorar as áreas verdes, praças, parques etc., fazendo com que a natureza e a relação com estas seja mais comum, para fazer com que as pessoas com deficiência se sintam incluídas e interligadas ao meio ambiente.

Agradecimentos

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais por todo apoio durante o mestrado da primeira autora.

Referências

ARANHA, M.S. **Projeto Escola Viva**: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BARAÚNA, T. Criatividade: uma necessidade para a enfermagem. **Nursing**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 8-9, fev. 2001.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**: Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial/Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Constituição (1988) - Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1997.

BRASIL. **Direito à educação**: orientações gerais e marcos legais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**: Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. **Parecer nº 17 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 3.956 de 8 de outubro de 2001**: Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001.

BRASIL. **Orientação e Mobilidade Conhecimentos Básicos para a Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria dos Engenheiros do Estado de São Paulo, 2003.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6.094 de 24 de abril de 2007**: Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

EFFTING, T.R. Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios. **Monografia**. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007.

FERNANDES, J.V. Inclusão: Educação Ambiental aplicada ao ensino de geografia para alunos surdos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 373-384, 2016.

GANDRA, T.K.; DUARTE, A.B. Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 13-23, 2012.

GATTO, E. Educação Ambiental e Educação Inclusiva: um estudo com os profissionais na escola de educação básica Jorge Lacerda – Flor do Sertão, 2013. **Dissertação** de Mestrado – Universidade do Vale do Itajaí.

GIL, M. (Org). **Caderno da TV Escola: deficiência visual**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.189-205, 2003.

MACIEL, J.L.; WACHHOLZ, C.B.; ALMINHANA, C.O.; BITAR, P.G.; MUHLE, R.P. Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva. **Revista virtual EGP**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2010.

MATOS, M.A.; GABRIEL, J.L.; BICUDO, L.R. Projeto e construção de jardim sensorial no jardim botânico do IBB/UNESP. **Revista Ciência em Extensão**. Botucatu, v. 9, n. 2, p. 141-151, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite PMDBBS – Caatinga**. Relatório Técnico 2010-2011.

MIRANDA, A.A. História, deficiência e educação especial. **Tese** de doutorado. Uberlândia, Universidade Metodista de Piracicaba, 2003

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 174-193, 2023.

NEFFA, E.; SILVA, E.R.; NEFFA, K. Educação Ambiental para além do capital: um desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 15, p. 207-527, 2020.

ONU. **Declaração final da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável (rio + 20) - o futuro que queremos**. Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável. Brasil: Organização das Nações Unidas, 2012.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Lume**. Assunção, v. 2, n. 4, p. 24-44, 2017.

QUEIROZ, T.F.; OLIVEIRA, R.F. A Experiência Fenomenológica de Mulheres Com Deficiência Em Biomas Litorâneos. **Revista INCLUDERE / CAADIS**, ISSN 2359-5566, 2017.

SANTANA, A.C.; FREITAS, D.A. Educação Ambiental para a conscientização quanto ao uso da água. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**.v. 28, 2012.

SAUVÉ, L. (Ed.) **A Educação Ambiental**: uma relação construtiva entre a escola e comunidade. Montréal: Projeto EDAMAZ, Universidade do Quebec em Montreal, 2000.

SILVA, V.B.; CRISPIM, J.Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Revista Geomae**. Campo Mourão, v. 2, n. 01. p.163-175, 2011.

SOUZA, P.F. **Análise da vegetação de um fragmento de Caatinga na microbacia hidrográfica do açude jatobá-Paraíba**. Patos, 2009. Disponível em:<http://www.cstrold.sti.ufcg.edu.br/grad_eng_florest/mono_ef/mono_pierre_farias.pdf> Acesso em 23 de dez. 2017.

SOUZA, N.V. **O rio Mossoró e a Educação Ambiental na percepção de estudantes surdos**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró, 2016.

STOREY, C. Gênero e Educação Ambiental na Amazônia. *In*: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H.; (Orgs). **Tendências da Educação Ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.